

Governo insiste no mote da estabilidade

Taciana Collet e Fernanda Melazo
De Brasília

O PT acerta no diagnóstico de que o Palácio do Planalto quer atrair o partido para o debate econômico. O governo volta a apostar que a questão econômica será, mais uma vez, o grande assunto da eleição do próximo ano, assim como ocorreu em 1994, no auge do Plano Real, e em 1998, quando o país vivia os reflexos da crise asiática e da Rússia. Passado o susto do início do racionamento, assessores próximos ao presidente Fernando Henrique Cardoso avaliam que os problemas na área de eletricidade não afetarão o desempenho do candidato governista em 2002.

Com a crise da Argentina e a desvalorização do real, retorna o discurso governista da importância da estabilidade e do equilíbrio fiscal. Embora alguns candidatos achem que o tema da inflação não está mais na agenda política, a população, segundo análises do go-

verno, ainda não esqueceu da época inflacionária e teme sua volta.

Na campanha da reeleição, FHC insistiu na tecla de que o Brasil precisava de alguém com experiência para enfrentar períodos de turbulência. O governo acredita que os eleitores novamente vão votar em um candidato que represente segurança. “A motivação econômica é essencial na hora da definição do eleitor”, destaca o ministro Aloysio Nunes Ferreira, secretário-geral da Presidência da República.

Entre os presidenciáveis governistas, o que mais se encaixa no perfil é o ministro da Fazenda, Pedro Malan, que, se quiser se candidatar, tem até o dia 6 de outubro para se filiar ao PSDB. Mesmo o ministro da Educação, Paulo Renato Souza — presidenciável tucano com discurso mais social — reforça essa tese. “Estabilidade e preço passaram a ser conquistas que têm de ser preservadas”, defendeu Paulo Renato.

Na avaliação do Planalto, a crise energética já não representa um risco eleitoral. As últimas pesquisas que mostram um desempenho um pouco melhor do presidente são citadas como exemplo. Pelo Instituto Sensus, a avaliação positiva de FHC passou de 17,7% para 19,8%, e a negativa baixou de 44,55% para 43,6%. A queda da popularidade do presidente, destacam os analistas do governo, não foi tão acentuada como na crise cambial de 1999, quando a avaliação negativa chegou a 65%.

Na Câmara de Crise chega-se a dizer que, se no próximo ano cho-ver o esperado, é possível até que o governo passe a tirar vantagem da situação, com o argumento de que soube administrar o problema. “A crise energética pode ter saldos positivos. As pessoas se deram conta do desperdício e perceberam que podem gastar o dinheiro economizado em outras coisas”, ressaltou o líder do governo na Câmara, Arnaldo Madeira (PSDB-SP).

O diretor do Instituto Vox Populi, Marcos Coimbra, também avalia que o efeito negativo da crise de energia na imagem do governo já passou. “O que tinha de prejudicar já prejudicou. Salvo se houver um agravamento da situação, com apagões generalizados, a crise energética não afetará as eleições”, observou Coimbra.

Mas o diretor do Vox Populi não acredita que só o discurso da estabilidade conquiste o eleitor. “A eleição ainda está longe, mas se tivesse de escolher hoje o que vai predominar, creio que será o desejo de mudança”, prevê. “Dá para dizer que existe um esgotamento da agenda. É inegável a importância do controle da inflação, mas as pessoas querem agora alguém com mais sensibilidade social”. Paulo Renato concorda que é preciso ter mais justiça social, mas não considera que o eleitor será motivado pelo desejo de mudança. “O sentimento será de continuidade no avanço do país”, disse.